



## **Entre adesões e ameaças: o Golpe de 1964 em Senador Pompeu-CE**

Antônio Wesley do Nascimento Martins<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O trabalho reflete a respeito de algumas questões relacionadas ao Golpe de 1964 a partir da cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão Central cearense, mediante a análise de fontes históricas tais como: uma matéria de jornal coletada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), Atas presentes no acervo da Câmara Municipal (ACM-SP), trechos de entrevistas presentes no livro memorialístico *Paróquia de Nossa Senhora das Dores – 80 anos servindo ao senhor* (1999), bem como fontes orais produzidas junto a entrevistados a partir da História Oral Temática. Além de contribuir com o urgente e necessário combate ao negacionismo acerca da temática ao não somente discuti-la, mas fazer isto ampliando sua reflexão a partir de um recorte espacial distinto dos chamados “grandes centros”, conclui-se que, em virtude da mobilização do imaginário anticomunista do período, houve adesões sinceras e ambíguas à vitória da coalizão golpista no Município, ao passo em que outros sujeitos, especialmente aqueles ligados a algumas atividades sociais conduzidas pela Paróquia, sofreram ameaças e perseguições, diretas ou indiretas. Dialoga-se com Motta (2021), Napolitano (2020; 2021), Presot (2010), Laborie (2010), Grynszpan (2007), Le Goff (1990), Luca (2008), Pollak (1989; 1992), dentre outros.

**Palavras-chave:** Senador Pompeu. Golpe de 1964. Ditadura.

### **Between adhesions and threats: The 1964 Coup in Senador Pompeu-CE**

### **ABSTRACT**

This work reflects on some issues related to the 1964 Coup from Senador Pompeu, a town located in the Sertão Central of Ceará, through the analysis of historical sources such as a newspaper article collected in the Hemeroteca of the National Digital Library (BNDigital), Minutes present in the collection of the City Council (ACM-SP), excerpts from interviews present in the memorial book *Paróquia de Nossa Senhora das Dores – 80 anos servindo ao Senhor* (1999), as well as oral sources produced through interviews based on Thematic Oral History. In addition to contributing to the urgent and necessary fight against denialism regarding the topic by not only discussing it, but also expanding its reflection from a regional focus different from the so-called "Large centers," it is concluded that, due to the mobilization of the anti-communist imaginary of the period, there was sincere and ambiguous support for the victory of the coup coalition in the county. At the same time, other subjects, especially those associated with some social activities conducted by the Parish, suffered direct or indirect threats and persecution. Therefore, we dialogue with the theoretical framework of

---

<sup>1</sup> Atualmente cursa o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui Graduação (Licenciatura Plena) em História pela mesma instituição. É bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8673854788312345>. E-mail: [antwesley.martins@aluno.uece.br](mailto:antwesley.martins@aluno.uece.br)



Motta (2021), Napolitano (2020; 2021), Presot (2010), Laborie (2010), Grynszpan (2007), Le Goff (1990), Luca (2008), Pollak (1989; 1992), among others.

**Keywords:** Senador Pompeu. 1964 Coup. Dictatorship.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2024, completaram-se sessenta anos do Golpe de 1964 que derrubou o Presidente João Goulart. Articulado por uma complexa e heterogênea coalizção cimentada por um profundo anticomunismo e antiesquerdismo, aquele episódio marcara o início de mais de duas décadas de uma Ditadura que, além de ter perseguido, torturado e matado desde seus mais tenros dias, aprofundara a concentração de renda e desigualdades de toda sorte devido ao fomento a um processo de modernização nacional que fora, ao mesmo tempo, conservador e autoritário (Motta, 2021).

Seu fim só se daria a partir de uma complexa, longa e tutelada transição democrática ocorrida durante a década de 1980, processo negociado e que seguiu um entendimento de que, para se evitar “revanchismos” ou conflitos futuros, a melhor saída seria uma anistia “recíproca”, sem julgamento ou punição aos agentes da repressão. Em que pese a posterior articulação de algumas ações reparatórias e de memória<sup>2</sup>, a forma como esse processo transitório foi conduzido tornou possível não só que se existisse uma “política de esquecimento”, mas também que o legado autoritário do período ditatorial não fosse profunda e definitivamente enfrentado, tornando aquele período de nosso passado recente uma ferida ainda aberta (Napolitano, 2020; Motta, 2021).

Essa conta não saldada tem cobrado o seu preço nos últimos anos quando, vivenciando o fenômeno transnacional de ascensão da extrema-direita – que ao nível local se traduz em torno do bolsonarismo –, nos deparamos com a difusão cada vez maior de discursos e narrativas negacionistas ou ideologicamente revisionistas a respeito do Golpe de 1964 e da Ditadura (Napolitano, 2021). Diante de tão alarmante contexto e aproveitando a efeméride das seis décadas que nos separam de 1964, acreditamos ser urgente e necessário que reflitamos sobre aquele período a partir de pesquisas e análises historiográficas sérias e cientificamente orientadas pelo método, o que entendemos ser um dos elementos-chave no combate aos

---

<sup>2</sup> Nos referimos à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (1995), à Comissão de Anistia (2002), além da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2012-2014).



autoritarismos de ontem e de hoje.

Dito isto, estudamos neste artigo os impactos do Golpe de 1964 na cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão Central do Ceará, a aproximadamente 272 km de Fortaleza. Para isto, analisamos vestígios presentes em uma matéria de jornal presente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) mediante buscas utilizando palavras-chave, Atas coletadas no acervo da Câmara Municipal de Senador Pompeu (ACM-SP)<sup>3</sup> e trechos de entrevistas concedidas ao ex-padre local João Paulo Giovanazzi, na década de 1990, e presentes em seu livro memorialista *Paróquia de Nossa Senhora das Dores – 80 anos servindo ao Senhor* (1999) que, com algumas reflexões de seu autor, pensa a história da cidade a partir dos relatos de pessoas que contribuíram com o desenvolvimento da paróquia.

Discutimos também fontes orais produzidas por nós junto aos entrevistados mediante os apontamentos da História Oral Temática (Meihy; Holanda, 2018), quais sejam: mapeamento de possíveis entrevistados, agendamento e realização da entrevista utilizando-se de um roteiro semi-estruturado, transcrição e, por fim, sua análise mediante a assinatura, por parte dos colaboradores, de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## 2 COMEMORAÇÕES ENTRE SINCERIDADE E/OU AMBIGUIDADES

No dia 10 de abril de 1964, pouco mais de uma semana do Golpe contra João Goulart, a Câmara Municipal de Senador Pompeu realizou sua sexta sessão ordinária do primeiro semestre daquele período legislativo. Para além da análise e discussão corriqueira de algumas questões fiscais e administrativas, o encontro foi marcado também, quando já se encaminhava para o seu final, pela leitura de um curioso Projeto de autoria do senhor Serafim Barbosa da Silva, àquela altura filiado ao diretório local do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e cumprindo sua segunda legislatura após sagrar-se o vereador mais bem votado do pleito de 1962<sup>4</sup>. Lançando mão da Ata daquela Sessão, é possível observarmos:

Constou ainda da leitura de um Projeto de autoria do Vereador Serafim Barbosa da Silva, em pleno gozo de seus direitos constituídos por seu diploma legal, vem com devido respeito perante os nobres colegas que compõem a Câmara Municipal, a que tenho honra de compôr não podia ficar a margem do esquecimento no momento em

<sup>3</sup> Para melhor organicidade e fluência do texto, usaremos esta sigla sempre que fizermos referência às mencionadas Atas. Além disso, será usada a grafia original de tais documentos.

<sup>4</sup> De acordo com os resultados eleitorais presentes no site do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), dos 4.663 senadenses votantes dentre os 6.369 que estiveram aptos em 1962, Serafim registrara expressivos 620 votos, 231 a mais que o segundo colocado José Rodrigues da Silva (PTN), que obtivera 389. Disponível em: <<https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>>. Acesso em: 06 mai. 2024.



que A Pátria estava a beira de uma escradão vermelha arcada por falsos brasileiros que elevado por ideia monetária pretendiam vender a nossa Pátria aos destinos de poderes comunista soviético ou chinês mas graças aos nossos concidadãos dignos e democrático do território nacional, que juntamente com às forças armadas brasileira, no momento precioso e digno de honrar a nação, a que tenho a honra de ser filho, lavou-se de ser naufragada a um regime totalitário. Nesta oportunidade, que registrar nos anais desta Casa, um voto de louvor às forças armadas e em particular ao grande filho de nosso querido Ceará, na pessoa do General Castelo Branco, Sem mais, convicto que o meu projeto será aprovado por unanimidade de votos, subscrevo-me grato (ACM-SP, 10/04/1964).

Extensa, veemente e demonstrando um apelo para que, em seu entendimento, uma ocasião daquela natureza e importância não pudesse ser esquecida, mas prontamente registrada nos anais daquela casa legislativa, a explanação de Serafim suscita interessantes questões, a começar pela evidente manifestação de adesão aos golpistas. Antes de aprofundarmos a reflexão a respeito, contudo, acreditamos que seja válido discutir que o citado documento legislativo, assim como qualquer outra fonte histórica, “não é inócuo”, mas “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (Le Goff, 1990, p. 547), tornando necessário uma análise que o “desmonte” sem perder de vista os indícios que o compõem, até mesmo aqueles aparentemente secundários ou triviais (Ginzburg, 1989).

Tendo isso em mente, é interessante notarmos, inicialmente, os tais votos de louvor e congratulação direcionados ao cearense Humberto de Alencar Castelo Branco. Para além da óbvia relação de naturalidade, o elogio possivelmente teve sua razão de ser também no fato de que, além de um dos grandes articuladores do Golpe, o marechal àquela altura constava como o candidato preferido do autoproclamado Comando Supremo da Revolução para assumir a presidência do país – o que se consumaria em eleição indireta no dia 15 de abril (Napolitano, 2020).

Outro detalhe importante e que permeia toda a explanação do vereador é um visível e profundo anticomunismo. Isto surge, especialmente, quando faz questão de pontuar que a pátria brasileira e sua democracia haviam sido salvas pela pronta ação dos cidadãos de bem que, junto às Forças Armadas, teriam impedido que o Brasil fosse largado por subversivos ou “falsos brasileiros” conduzidos por altos interesses monetários em seus dizeres, a um regime totalitário vermelho, fosse ele de origem soviética ou chinesa.

Tradição consolidada no Brasil desde a década de 1930<sup>5</sup>, o imaginário

---

<sup>5</sup> Motta (2021) defende que, presente nas tramas políticas nacionais desde o início do século XX, uma tradição e imaginário anticomunista se consolida de modo efetivo a partir da insurreição revolucionária de 1935, intitulada pela memória oficial de forma pejorativa como “Intentona Comunista”.



anticomunista esteve bastante presente naquele início dos anos 1960. O quadro geral da Guerra Fria e a Revolução Cubana (1959) causavam grande ansiedade e temor em certos setores, o que se agravava com a complexa situação nacional que, além de crises econômica e política, vivenciava uma intensa articulação de setores populares e de esquerda em favor das Reformas de Base, “conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social” (Ferreira, 2019, p. 408).

Tiveram enorme atuação na mobilização do imaginário anticomunista instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituição que congregava sujeitos de outros “setores de oposição ao governo João Goulart (políticos conservadores, alguns membros do clero, assim como militares, especialmente aquele setor ligado à Escola Superior de Guerra)” (Presot, 2010, p. 78). Criado em 1961, o IPES formava, junto ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado dois anos antes, o chamado “complexo IPES/IBAD” (Dreifuss, 1981; Motta, 2021; Napolitano, 2020).

De acordo com René Dreifuss (1981), o “complexo IPES/IBAD” atuou no início da década de 1960 com financiamento da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos em diversas atividades associadas, principalmente, a mobilizações antiesquerdistas e de desestabilização do governo João Goulart. O IPES seria seu “centro estratégico”, responsável pela coordenação de uma “sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar” (Dreifuss, 1981, p. 164); ao passo em que o IBAD, atuando junto “a outras organizações subsidiárias e paralelas”, seria sua “unidade tática”, a qual convocaria os cidadãos de bem para a “ação política, levando-os a cumprir seus deveres patrióticos” (Dreifuss, 1981, p. 164), entendidos como a contenção dos avanços da esquerda.

No Ceará, especificamente, tal complexo atuou profundamente durante as eleições de 1962 ao financiar a campanha da chamada “União pelo Ceará”, coligação que elegeu o Cel. Virgílio Távora, da União Democrática Nacional (UDN), para o posto de chefe do Executivo estadual (1963 a 1966). Formada pelos principais partidos e grupos políticos atuantes no Estado – em especial a própria UDN e o Partido Social Democrático (PSD) –, e congregando o apoio dos setores conservadores locais, aquela aliança tinha como principal objetivo conter a eleição de lideranças ligadas às esquerdas, além da ascensão de figuras como a de Carlos Jereissati “que, além de pertencer ao PTB do presidente João Goulart, surgia, no começo dos anos 60, como opositor, no Ceará, e um desafio ao domínio das oligarquias tradicionais que há anos se alternavam no governo local” (Farias, 2020, p. 30).



Curiosamente, há indícios de que o citado complexo tenha tentado estabelecer contatos com o quadro político de Senador Pompeu naquele importante ano de 1962. Isto é o que sugere a Ata de uma reunião extraordinária ocorrida no final do mencionado ano legislativo, especificamente em 26 de dezembro, quando os vereadores do Município realizaram a leitura de um telegrama enviado pelo IBAD, em data por nós desconhecida, no qual solicitava que lhe fosse prontamente “remetido uma relação dos nomes e endereços dos Senhores Vereadores, afim de que possam enviar gratuitamente aos ilustres membros uma revista Ação Democrática” (ACM-SP, 26/12/1962).

A mencionada revista foi um dos principais meios de divulgação anticomunista articulados pelo complexo naquele início dos anos 1960, com tiragem altíssima e distribuição gratuita (Dreifuss, 1981). Não seria de se estranhar, portanto, que, tendo recebido cópias, Serafim e os demais legisladores locais não só tenham tido contato, mas consumido e aderido às narrativas que mobilizavam o imaginário anticomunista, associando Jango aos vermelhos e sua deposição a uma suposta salvaguarda da democracia.

Aparentemente, a mobilização desse imaginário se faria presente em Senador Pompeu ainda em outra ocasião, desta feita não somente por pessoas diretamente envolvidas com as teias políticas institucionais ou limitada ao espaço da Câmara Municipal, mas por outros sujeitos e em via pública. Isto é o que indica o trecho de uma entrevista do ex-vigário João Salmito Neto presente no livro memorialista citado no início. Nela, Salmito diz:

[Após o Golpe] [...] veio um grupo de senhoras mais tradicionais pedir para eu organizar uma passeata de apoio ao golpe militar, dizendo que aquilo era uma vitória contra o comunismo, e que a gente como católico, tinha que fazer uma passeata rebatendo o comunismo e apoiando a revolução. Eu disse para elas: ‘Olha, isso aí não se trata só de combate ao comunismo [...] eu não vou organizar passeata de apoio ao golpe militar. Os católicos têm liberdade se quiserem, organizem, vão [...] Eu não vou participar da passeata e nem a organizo, mas fique à vontade quem quiser participar. O prefeito está organizando uma passeata da família com Deus contra o comunismo, mas vejo que isso tem muita mistura e os próprios elementos que estão nisso aí, estão defendendo o “status quo”, a realidade atual. Por isso não vou participar, pois vejo até um perigo das pessoas se esquecerem da desigualdade social e se acomodarem, porque não existe comunismo aqui, e sim, injustiça social. A gente quer fazer passeata contra a injustiça social e não passeata de apoio à derrota do comunismo, pois não existe comunismo aqui no Brasil. Existe opressão aos pobres. Então, eu não participo de passeata [...] O Pe. Odilo organizou uma grande passeata na cidade de apoio aos militares e, da minha parte como Vigário, não participei [...] (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, p. 181).

Em que pese o fato de o livro ser um monumento resultante das escolhas e intencionalidades de seu autor (Le Goff, 1990), que articulara em sua narrativa episódios relacionados à cidade pelo ponto de vista da história da paróquia, o livro e, principalmente, os





trechos das entrevistas que o compõem mobilizam elementos interessantes.

Antes de aprofundarmos a reflexão, é interessante mencionar que em 1964 havia dois padres em Senador Pompeu. Um deles era o próprio João Salmito Neto<sup>6</sup>, jovem vigário responsável pela paróquia após o afastamento do anterior, em 1959, e marcado por uma práxis pastoral progressista, preocupada com as desigualdades sociais e voltada para uma promoção humana e social junto a jovens leigos, trabalhadores rurais e outros párocos da região, e tentando transformar a realidade em que estava inserido (Giovanazzi, 1999; Nogueira Júnior, 2004; Silva, 2017; Martins, 2022).

O outro era Odílio Lopes de Melo Galvão, que havia chegado à cidade em 1942 para liderar as atividades eclesiais até 1956, com breve retorno durante 1959, momento em que sua popularidade já havia se consolidado em virtude das ações assistencialistas que promovera<sup>7</sup>. Não demorou muito para que angariasse enorme importância política a ponto de tornar-se um “coronel de batina”<sup>8</sup> (Reis, 2008), fato que lhe fizera permanecer na cidade mesmo após afastar-se das atividades eclesiais, elegendo-se Prefeito (1963 a 1966) pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), pouco após romper com a União Democrática Nacional (UDN), seu ex-partido e até então grupo hegemônico na cidade (Martins, 2022).

Dito isto, nos atentemos para os detalhes relatados por Salmito, a começar pelo fato mencionado de que, logo após a deposição de Jango, um grupo de senhoras teria lhe procurado no intuito de realizarem na cidade uma espécie de “passeata da família com Deus contra o comunismo”. O próprio nome remete à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março de 1964 em São Paulo, uma espécie de resposta ao famoso comício da Central do Brasil, em 13 de março, que, além de igualmente contar com grande protagonismo de mulheres conservadoras, fora uma “forma de dizer às Forças Armadas que era chegado o momento de se intervir na política, o que, segundo seus organizadores, representaria um anseio do povo” (Presot, 2010, p. 77).

Não se sabe quando exatamente teria ocorrido na cidade, mas é possível presumir que tenha sido entre os meses de abril a junho, visto ter sido esse o principal momento em que

<sup>6</sup> Responsável pela paróquia de Senador Pompeu entre os anos de 1959 a 1967 (Giovanazzi, 1999).

<sup>7</sup> Durante seu paróquiato, Odílio levantou verbas para a construção de escolas, um mercado público e o hospital local, além de ter realizado diversas doações à população da cidade (Giovanazzi, 1999; Nogueira Júnior, 2004).

<sup>8</sup> Reis (2008) pensou esta definição para o caso de alguns padres cearenses que, especialmente em meados do século XX e a despeito de todas as proibições canônicas de sua rígida formação, acabaram por se envolver nas contendas político-partidárias dos municípios em que estavam inseridos. Lideranças pouco afeitas a questionamentos e dispostas “de uma autoridade, haurida de seu capital simbólico religioso, que reforçava o seu papel como árbitro social” (Reis, 2008, p. 270), tais clérigos faziam uso, inclusive, de práticas violentas ao se associarem à “tradição do coronelismo e da cultura política do mandonismo” (Reis, 2008, p. 270).



outras marchas de tal natureza ocorreram pelo país como uma forma de comemorar e conferir legitimidade aquela vitória contra a suposta ameaça comunista que causaria “a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade” (Presot, 2010, p. 74). No Ceará, especificamente, Fortaleza foi palco de uma Missa de Ação de Graças e uma Marcha da Vitória, ambos os eventos ocorridos em abril e fomentados pela entidade feminina Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC), liderado pela então primeira-dama do Estado Luíza Távora, e apoiado pelos principais impressos em circulação no Estado, como o *Unitário*, *O Nordeste* e *O Povo* (Costa, 2015).

Embora não cite o evento ocorrido em Senador Pompeu, o historiador Jucelio Regis da Costa (2015) argumenta que foram diversas as cidades cearenses a registrarem tais manifestações. No entanto, pontua ainda que, diferentemente daquela ocorrida em Fortaleza e das demais ocorridas pelas capitais do país, as “Marchas da Vitória” do interior do Ceará tiveram entre seus principais organizadores não somente entidades femininas conservadoras, mas homens ligados às tramas políticas locais a fim de demonstrarem apoio e legitimidade aos golpistas, ao passo em que objetivavam ainda “dialogar com os militares diante dos imperativos da realidade nacional brasileira” (Costa, 2015, p. 142).

Assim, de alguma maneira, Senador Pompeu seguiu tal padrão quando notamos, pelo relato aqui discutido, que além do grupo de mulheres conservadoras e tradicionais terem se mobilizado em favor da passeata local, possivelmente parte delas sendo membro da elite local, àquela altura bastante associada à produção algodoeira, tal manifestação aparentemente contara também com o apoio e participação do então Prefeito Pe. Odílio Lopes de Melo Galvão e, não custa supor, demais sujeitos que o apoiavam.

O Golpe de 1964 teve, evidentemente, apoio social e sustentação em alguns setores elitistas e conservadores que, como pontuamos, observavam uma ameaça comunista no período em virtude do contexto internacional, mas, principalmente, pelos tensionamentos que ocorriam no país em razão das disputas em torno das Reformas de Base. A associação entre as reivindicações de setores populares e a ideia de processo revolucionário causara, devido à mobilização do imaginário anticomunista, um temor por vezes sincero, mas também exagerado entre os setores conservadores e elitistas (Napolitano 2020; Motta, 2021).

Assim, o anticomunismo servirá como mote para a coalizão golpista acreditar que realmente estaria salvando a democracia. No entanto, Presot (2010) argumenta que, em algum momento após a tomada do poder, essa complexa aglutinação foi se enfraquecendo, e isto teria ocorrido “a partir da confusão formada pelos desvios de interesses dos diversos que a





formaram”, dizendo ainda que entre as razões para tal “está o fato de que em nenhum momento se reivindicou um regime de exceção prolongado durante a ‘campanha anticomunista’, e sim uma breve intervenção, que viesse ‘arrumar a casa’, moralizando as instituições” (Presot, 2010, p. 89-90).

Não queremos dizer com isso que aqueles que aderiram ao Golpe – como aparentemente o fizeram os vereadores, prefeito e senhoras católicas de Senador Pompeu – estariam isentos de culpa, visto que apoiaram a deposição inconstitucional de um Presidente legítimo e democraticamente eleito, processo este que resultaria em mais de duas décadas de exceção e arbitrariedades de toda sorte. O que apontamos aqui é que aquele foi um momento complexo, nebuloso para quem o viveu, pois não se teria como adivinhar no calor do momento o que se seguiria nos anos vindouros (Ferreira, 2019), muito embora as cassações de mandatos e demais ataques aos direitos humanos já existentes imediatamente após o Golpe já demonstrassem o teor de seu autoritarismo.

Isto nos possibilita alçarmos um interessante diálogo com autores como Pierre Laborie (2010) ao falar de “zonas cinzentas”, “pensar-duplo” ou, em francês, comportamento *attentiste*. O historiador quis dizer com isso que os sujeitos articulam dadas condutas ou posicionamentos ambivalentes “como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção, como elemento de um amplo processo de adaptação” de maneira que, continua ele, “não se trata [...] de ser ingênuo, e está claro que as zonas cinzentas da ambivalência comportam riscos de deslizamentos em direção a comprometimentos e covardias” (Laborie, 2010, p. 40).

Neste sentido, poderíamos ampliar a reflexão sobre as adesões ao Golpe por parte dos senadenses mencionados tanto da perspectiva de que realmente teriam coadunado, de modo sincero, com a ideia de que haveria uma ameaça comunista que supostamente levaria a derrocada do ocidente livre e seus valores, como também do ponto de vista de que assim o teriam feito por estarem trafegando em uma “zona cinzenta”, agindo de modo ambivalente para lidarem da melhor maneira possível para si e seus interesses em um momento como aquele que, além de complexo, de alguma maneira suscitava incertezas até mesmo entre alguns daqueles que haviam sido apoiadores de primeira ordem.

Se observarmos novamente a data em que foi realizada a exposição do vereador Serafim Barbosa da Silva na Câmara Municipal de Senador Pompeu, dia 10 de abril de 1964, podemos notar que aquela manifestação de apoio ocorreu um dia depois do primeiro Ato Institucional do regime ter sido publicado – o que, em virtude dos seguintes, passaria a ser



denominado como AI-1. Assim, àquela altura, o Congresso Nacional já se encontrava “expurgado de 40 parlamentares cassados” (Napolitano, 2020, p. 65), ao passo em que a temporada de cassações também já se iniciava em terras cearenses, a ponto de a Assembleia Legislativa do Ceará tornar-se pioneira nesse tipo de perseguição que, não custa lembrar, também ocorrera aos opositores presentes na Câmara Municipal de Fortaleza (Farias, 2020).

Assim, não é exagero confabular que, quando de seu posicionamento favorável ao Golpe, o vereador Serafim estivesse a par das notícias a respeito das cassações e, talvez, temesse alguma consequência caso não dançasse conforme a música. Uma hipótese dessas não se resume a ele, evidentemente, mas também aos seus demais colegas que, mesmo não se posicionando de forma direta ou incisiva, apoiaram sua solicitação indiretamente ao não somente não se oporem, como levarem a proposta a escrutínio naquele mesmo dia, aprovando-a “por unanimidade” (ACM-SP, 10/04/1964).

Já no caso da passeata da vitória mencionada por João Salmito, é interessante ter em mente que o padre-prefeito Odílio tenha participado de sua organização. Pensamos isto, pois àquela altura o padre-prefeito se encontrava em frontal embate com opositores, algo que marcaria toda a sua gestão e resultaria em episódios violentos, de modo que se torna possível imaginarmos que sua associação ao evento tivesse como intuito “manifestar apoio ao grupo que acabara de tomar o poder a fim de, se possível, obter algum tipo de ganho ou benesse; e demonstrar para possíveis desafetos e opositoristas a manutenção de seu prestígio perante a população local” (Martins, 2022, p. 54).

Observamos até aqui indícios relacionados à adesão de determinados sujeitos ao Golpe contra o Presidente João Goulart em 1964, processo ocorrido de modo complexo tendo em vista a mobilização do imaginário anticomunista da época, além da possível adoção de posturas ambivalentes ou de “zona cinzenta”. A partir de agora refletiremos a respeito de vestígios relacionados a outros impactos daquele momento na cidade de Senador Pompeu, desta forma como as teias políticas locais foram tensionadas pelo autoritarismo do período, além da ocorrência de ameaças – diretas ou indiretas – que algumas pessoas e grupos receberam em virtude das atividades que desenvolviam até então.

### **3 AUTORITARISMO E REPRESSÃO AOS “SUBVERSIVOS”**

Observando novamente o livro memorialista *Paróquia de Nossa Senhora das Dores – 80 anos servindo ao Senhor* (1999), é possível observarmos, embora com certa



carência de detalhes, a interessante afirmação de seu autor: “O paróquiato do Vigário Pe. Salmito Neto e a Administração do Prefeito Pe. Odilo Lopes Galvão foi profundamente marcado pelo golpe militar de 31 de março de 1964” (Giovanazzi, 1999, p. 180). Na sequência, comentando a respeito da situação do padre-prefeito, há um trecho em que Salmito afirma: “O prefeito depois, com o tempo, foi perseguido por adversários dele [...] Com o golpe de 1964 Pe. Odilo ficou no partido de oposição à ditadura que era o MDB. Por isso, ele foi perseguido pelos adversários que usavam a ditadura para perseguí-lo, procurando denegri-lo” (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, p. 182).

É curioso notar, por essa lembrança de Salmito compartilhada a Giovanazzi, o fato de que mesmo sendo afeita a certas distorções, especialmente em termos de cronologia, a memória é uma fonte frutífera por possuir uma credibilidade específica, ou seja, por sua importância “se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais” (Portelli, 1997, p. 32). Assim, quando diz que logo após o Golpe de 1964 Odílio vinculou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que só passaria a existir no fim de 1965, após ser baixado o Ato Institucional Nº2 (AI-2) –, ele está nos dizendo menos sobre datas e mais sobre os significados que tais eventos possuem em sua própria subjetividade.

De toda forma, sobre os impactos do Golpe ao padre-prefeito Odílio, especificamente no que diz respeito à existência de possíveis perseguições, desconhecemos maiores detalhes a respeito. No entanto, é sabido que sua gestão foi marcada por várias e intensas desavenças entre ele e a oposição a ponto de episódios violentos chegarem a acontecer (Carvalho, 2003; Nogueira Júnior, 2004), fato que teria resultado no surgimento de rugas entre ele e o então Governador Cel. Virgílio Távora, ao passo em que, de fato, após o AI-2, ele e seus apoiadores teriam se vinculado ao MDB, visto que seus opositores, correligionários do Governador do Estado e ex-membros da União Democrática Nacional (UDN), teriam rumado para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (Martins, 2022).

Já sobre os impactos do Golpe na vida do então jovem João Salmito Neto, é possível constatar em outro trecho de sua entrevista presente no livro memorialista aqui discutido que, após posicionar-se de forma contrária à realização da já discutida “passeata da vitória” local, ele teria ficado, de acordo com suas palavras: “mal visto; eu e aqueles líderes que trabalhávamos no social, ficamos mal visto e incompreendidos. Continuamos o nosso trabalho, mas com mais prudência, com mais cuidado prosseguindo com muita dificuldades” (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, p. 182).



Neste sentido, não demorara muito para a onda autoritária surgida na sequência do Golpe se fazer sentir pelo então vigário. Em outro momento da entrevista concedida a Giovanazzi, Salmito afirma: “[...] com o golpe militar, eu recebi cartas anônimas de que eu ia ser quebrado de pau, eu e as pessoas que trabalhavam na conscientização política; recebemos muitas agressões [...]” (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, p. 181). Este episódio é citado novamente, desta feita em entrevista a nós concedida em sua residência, no início de 2020, ao dizer: [Eu] *recebi uma carta. Carta dizendo que eu ia ser quebrado de pau, que eu era comunista e tal [...] foi gente na Casa Paroquial e alguns disseram: ‘– Padre, o senhor tenha cuidado [...]’*, ao que teria respondido: “*– Se me prenderem, prendem injustamente porque eu não tô fazendo mal a nenhum, não*”<sup>9</sup>.

Esses relatos nos possibilitam uma interessante reflexão a respeito da memória, este fenômeno vivo e em constante transformação mediante o tensionamento entre o que é lembrado e aquilo que é esquecido, processo esse que se relaciona ainda a como o sujeito (ou grupo a que pertence) se enxerga e se compreende, no presente, a respeito do passado. Aliado a isso, também há de se ressaltar que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”, de modo que também compõem o processo mnemônico “elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (Pollak, 1992, p. 201).

Desta forma, não seria exagero pensarmos que esse episódio das ameaças recebidas por Salmito, fosse diretamente pela carta recebida ou indiretamente pelos possíveis comentários que recebia – o que lhe fizera afirmar que caso fosse preso o seria de forma injusta –, tenha se tornado eventos destes que marcam lugar na memória, solidificando-se de tal modo que surge em duas entrevistas distintas, mesmo com mais de duas décadas de diferença de uma para outra. Além disso, entendendo o próprio teor sensível do que é lembrado, visto tratar-se de uma experiência autoritária, também não seria demasiado o encararmos enquanto um evento traumático.

Como mencionado anteriormente, desde sua chegada a cidade em 1959 até aquele momento as ações da paróquia haviam sofrido transformações visto que Salmito não a conduzia preocupado apenas com a realização de ações assistencialistas encerradas em si mesmas, mas a partir de uma atuação pastoral mais afeita ao combate as injustiças e desigualdades sociais existentes, lendo o evangelho de forma crítica tentando, segundo o

---

<sup>9</sup> João Salmito Neto, 93 anos, ex-vigário e professor aposentado. Entrevista realizada em Fortaleza-CE em 13 de fevereiro de 2020.



próprio, “conscientizar as pessoas no compromisso cristão com a justiça, com os direitos humanos, os direitos das pessoas, o direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho”, fazendo isso “através de seminários, congressos, reuniões, pregações, trazendo pregadores de fora” (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, pp. 169-170).

Deste tipo de leitura crítica dos escritos bíblicos surgiram, dentre outras atividades e projetos, a criação de Centros Sociais em bairros periféricos – locais de sociabilidades, estudos e organização de moradores de situação econômica precária –, uma biblioteca comunitária, cursos de alfabetização e orientação política, na zona urbana e rural, além de outros, discutindo questões como sindicalização e cooperativismo, mantendo contatos, inclusive, com o que ficara conhecido como o Movimento de Natal<sup>10</sup> (Giovanazzi, 1999; Nogueira Júnior, 2004; Silva, 2017; Martins, 2022). Tais ações eram realizadas junto aos líderes mencionados anteriormente, leigos e párocos próximos, a quem Salmito cita em outro momento da entrevista presente no livro memorialístico de Giovanazzi:

Tudo ficaria incompleto se forem omitidos os nomes de vários colegas que trabalharam comigo nas redondezas e que faziam um trabalho semelhante e me incentivavam e era em quem eu me apoiava. Pe. Elmas, Vigário de Milhã que fez um trabalho seríssimo e importante: cooperativismo, escolas, junto com o povo construiu açudes, uma rádio na qual os agricultores mandavam mensagens para os sítios e que serviu à evangelização. A gente se encontrava semanalmente, juntamente com o Pe. Teixeira de Piquet Carneiro; o Pe. Aluizio de Mineirolândia e o Pe. Agenor de Solonópole. Nós nos encontrávamos para trocar ideias, meditar, rezar e adorar o Santíssimo. Além desses padres, haviam também os leigos: heróis anônimos como Pedro Bezerra, Antonieta Lopes que caminhavam a pé para os sítios para darem palestras, passando três, quatro dias numa fazenda conversando com o povo sobre a vida cristã, sobre sindicalismo, sobre cooperativismo, sobre educação e necessidade das pessoas se instruírem. O juiz Geraldo Bezerra, era estudante nesse tempo e participava do movimento. José Genoíno Neto, que hoje, é Deputado Federal por São Paulo, era estudante em Senador Pompeu e deu aulas gratuitas para os pobres, ajudando a alfabetizar as pessoas (Depoimento de João Salmito Neto. Giovanazzi, 1999, p. 166).

Ele comenta também que, em dado momento, chegou a levar até mesmo, para palestras nos já mencionados Centros Sociais da cidade, “*o Frei Tito<sup>11</sup>, quando ele era universitário aqui em Fortaleza, eu o levei mais de uma vez a Senador Pompeu, ele*

<sup>10</sup> Programa articulado por jovens padres e leigos da Ação Católica na Arquidiocese de Natal (RN) entre o fim da década de 1950 e o início da seguinte. Dentre suas ações, preocupadas com um reformismo social e combate às desigualdades, havia: cursos para formação de lideranças rurais, artesanato e cooperativismo, assistência médica, além de um projeto de alfabetização através do rádio, o Movimento de Educação de Base (MEB), que ganhara destaque nacional (Grynszpan; Dezemone, 2007).

<sup>11</sup> Tito de Alencar Lima foi um frade cearense perseguido e torturado durante a Ditadura por seu envolvimento com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e por supostamente manter contatos com a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo de resistência que teve Carlos Marighella como seu líder. Tirou sua própria vida na França em 1974, na cidade de Lyon, fato atribuído às sequelas psicológicas advindas das sevícias sofridas.



*universitário, pra fazer palestra lá nos bairros*”. Isto o fizera se aproximar, no início dos anos 1960, da chamada “esquerda católica” (Grynszpan; Dezemone, 2007).

Ao que parece, em um contexto em que se tinha o anticomunismo na ordem do dia, não demorara muito para que tais ações fossem de alguma maneira encaradas como indícios de subversão ou comunismo por alguns setores locais, especialmente (mas não somente) aqueles ligados a zona rural da urbe. Isto é o que sugere uma notícia veiculada por uma folha denominada *Brasil Urgente. Um Jornal do Povo a serviço da Justiça Social* (SP) pouco mais de um mês antes do Golpe, em 29 de fevereiro de 1964, sob o título de “Em Senador Pompeu padres conscientizam Camponeses”, página 8, onde se pode observar:

Aos que não creem no novo Brasil que está nascendo gostaríamos de aconselhar uma visita [...] ao município de Senador Pompeu, no sul do Ceará [...] com a aprovação entusiástica do bispo **Dom José Mauro**, os Padres **Elmans Feliciano**, **João Salmito** e **Agenor Tabosa** (o último do município de Solonópolis), vem trabalhando no sentido de conscientização de trabalhadores e estudantes da região [...] Inicialmente foi organizado um curso para os camponeses da região, com a finalidade de leva-los à criação de seus sindicatos rurais, o que agora vem sendo feito em escala dinâmica. Tal curso logo foi apontado como comunista [...] (Brasil Urgente, 29/02/1964, p. 8, grifos originais).

No trato com fontes impressas, se faz necessário que não esqueçamos serem elas o resultado de um empreendimento coletivo que, por meio das linguagens presentes em suas publicações, defende e transmite determinadas ideias, valores e projetos (Luca, 2008). Neste sentido, não precisa de muito para notarmos o posicionamento adotado pelo jornal discutido, já que se torna evidente a sua postura em favor das atividades desenvolvidas no Município em relação à organização sindical dos trabalhadores do campo. Contudo, em que pese sua linha editorial naquele momento, é interessante (embora não surpreendente) notar que logo tais atividades foram denunciadas como comunistas.

Sabendo que evidentemente, para além de Salmito, havia outras pessoas envolvidas nestas ações sociais, e que isto causara indisposições ou tensionamentos junto a alguns setores locais, que os acusavam de comunistas antes mesmo do Golpe contra o Presidente João Goulart, não é difícil imaginar como as ameaças e incompreensões relatadas pelo ex-vigário local tenham se estendido aos demais. Ele mesmo já sugerira isso a João Paulo Giovanazzi quando, em trechos já apresentados anteriormente, argumenta que a partir da vitória da coalizão golpista as atividades desenvolvidas na Paróquia se tornaram mais difíceis, com os líderes leigos também sofrendo agressões, embora não as especifique.

Na entrevista a nós concedida em 2020 ele de algum modo complementa tal questão ao pontuar que, das parcerias e contatos firmados não só com os padres de cidades





próximas, mas especialmente com alguns jovens leigos do Município, teria surgido, em suas palavras: “*uma equipe sobre Política [...] o Pedro Bezerra e a Antonieta e o Genoíno, eles formavam a equipe de política, pra sair fazendo palestra no meio rural e na cidade sobre o que é política*”. Ainda de acordo com as memórias de Salmite, mas sem especificar exatamente se isto teria acontecido antes ou depois do Golpe, “*essa equipe foi proibida de entrar em alguns sítios... os patrões não deixavam, era proibido da equipe entrar (risos)*”.

Embora não dê mais detalhes a respeito da mencionada “Equipe de Política”, não é fora do comum imaginarmos que tal grupo atuasse junto do próprio curso sobre sindicalismo ministrado pela Paróquia e acusado de comunismo conforme a matéria de jornal discutida. Isto se torna ainda mais factível quando notamos que sua atuação causava algum incômodo entre os “patrões” e proprietários rurais do Município a ponto de, como fora relatado, ser impedida de visitar algumas localidades.

Apesar de não sabermos quando teriam ocorrido, não é difícil imaginarmos que episódios dessa natureza tivessem acontecido (ou se ampliado) após o Golpe. Mobilizações no campo e de alguma maneira associadas à Reforma Agrária, a mais importante e sensível das Reformas de Base no início dos anos 1960, eram questões a suscitarem tensionamentos em virtude da possibilidade de, sendo aprovada, findar a histórica concentração fundiária nacional, vista então “como um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país, pois limitava a expansão das forças produtivas e permitia a sobrevivência de uma estrutura de poder conservadora e ultrapassada” (Luna; Klein, 2014, p. 101).

Não à toa, progressivamente do fim dos anos 1940 até o início da década de 1960, especialmente no Nordeste, o campesinato vai entrar fortemente no debate público, exigindo a realização da reforma agrária e a expansão de direitos sociais e trabalhistas ao campo, além de terem sua organização disputada por diferentes grupos como as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de alas – à direita ou à esquerda – da própria Igreja Católica. Todo esse contexto fará os setores conservadores observarem aquela parte do território nacional como um local especialmente perigoso em termos de potencial revolucionário (Grynszpan; Dezemone, 2007; Montenegro, 2019).

Toda essa inflamação e temor relacionado às disputas em torno do campo e da possível realização de uma Reforma Agrária fará com que essa problemática não se esgote com o Golpe de 1964, mas se perpetue ao longo da Ditadura (Grynszpan, 2007). De todo modo, o que nos interessa para agora é o fato de que imediatamente após a deposição de Goulart, e através de instrumentos como Inquéritos Policiais Militares (IPMs), iniciou-se uma

forte onda repressiva contra “líderes civis e militares ligados à esquerda, em geral apoiadores do governo derrubado, assim como lideranças de movimentos sociais urbanos e rurais” (Motta, 2021, p. 176).

Assim, é de se imaginar que perseguições contra os jovens leigos e demais líderes sociais envolvidos nas atividades da Paróquia tenham se dado de forma intensa após a derrubada de Jango, tornando mais uma vez lícito pensarmos que as ameaças citadas por Salmito tenham atingido outras pessoas. De alguma maneira, Carvalho (2003) também sugere isso ao afirmar que “políticos e estudantes da cidade, contrários ao movimento militar de 1964 foram perseguidos e presos. Estes procuravam proteção na Casa Paroquial e eram acolhidos pelo novo vigário da cidade – Padre João Salmito – tido como um comunista fervoroso”, dizendo ainda que Pe. Odílio “certa vez invadiu a residência do vigário e expulsou todos que se encontravam no local, acusando-os de subversivo” (Carvalho, 2003, p. 39-40).

Cabe ressaltar que Carvalho (2003) não expõe mais detalhes a respeito dos supostos estudantes e políticos perseguidos a serem acolhidos por Salmito ou mesmo sobre a tal invasão e perseguição de Pe. Odílio a tais sujeitos, além de, infelizmente, não apontar as fontes ou acervos que fundamentaram este trecho específico de sua pesquisa historiográfica. No entanto, a partir de algumas entrevistas por nós realizadas entre os anos de 2019, 2020 e 2022, notamos vestígios que permitem estabelecer esse diálogo com o autor mencionado ao, de alguma maneira, aproximarem-se do que fora por ele afirmado.

Nos referimos às fontes orais produzidas tanto por Salmito como pelos senhores Antônio Lisboa<sup>12</sup> e José Bezerra de Sousa<sup>13</sup>, popularmente conhecido como “Zé dos Santos”. O primeiro, após ser questionado se soubera ou presenciara possíveis articulações contrárias ao Golpe no Município, no diálogo aqui já mencionado, argumenta algo curioso e que de algum modo remete ao que foi discutido por Carvalho (2003). Segundo ele: “*Não. Houve não. Só alguns grupinhos de estudantes que conviviam ali comigo que se manifestaram contra, mas não podiam fazer nada porque... os grandes, o pessoal do poder e tudo, ameaçavam tudo [...] Eu é que era atrevido mesmo, nos meus sermões alguma vez eu falava a favor do pobre e tudo... Ai passava por comunista, né?*”.

O senhor Antônio Lisboa, por sua vez, em diálogo estabelecido em sua residência, em Senador Pompeu, durante setembro de 2019, afirmara que no início da década de 1960 “o

<sup>12</sup> Antônio Lisboa Prudente, (1940-2022), comerciante. Entrevista realizada em Senador Pompeu-CE entre os dias 01, 28 e 29 de setembro de 2019.

<sup>13</sup> José Bezerra de Sousa, 85 anos, pensionista. Entrevista realizada em Senador Pompeu-CE em 23 de julho de 2022.



*jovem, por assim dizer, vivia política. Lia-se os panfletos, os jornais [...] se reunia nas praças” com o intuito de discutir a respeito da “política do mundo inteiro”, encontrando-se “onde a gente tinha oportunidade [...] a gente fazia isso por crítica [...] queria ver o país progredir”. Ele, que aparentemente teria participado, junto a outros jovens, da tentativa de criação de um Grupo dos Onze na cidade (Nogueira Júnior, 2004; Martins, 2022), afirma: “[Após o Golpe] não tivemos condição, não tivemos espaço, porque passou a ser revolução oficializada. A ditadura oficializada [...] Ai, nós paramos com a ideia, né? Lógico! Não vamos pensar mais nisso [...] Acabou-se o ciclo. Todo mundo ficou quieto”.*

Já o senhor “Zé dos Santos”, em entrevista realizada também em sua residência em Senador Pompeu, na data de 23 de julho de 2022, menciona que existia na cidade no início da década de 1960 um grupo que, segundo ele, “[Se chamava] Não sei o quê Jovem [...] que pertencia à Igreja”, mas que após o Golpe de 1964 teria sido “censurado, na época, por causa daquele negócio da Ditadura, né? Ai, foi e acabou-se [...] por causa do... (silêncio) que andava querendo censurar... (silêncio) ideias que eles tinham... Políticas, né?”. Ainda de acordo com suas reminiscências, embora ele não fizesse parte do citado grupo, teria conhecimento de sua existência e algumas atividades, pois um de seus irmãos, um “estudante, na época”, estaria envolvido, fato que ele afirma: “Meu pai não gostava”.

Mesmo contendo certas inconstâncias e também sugerindo o tráfego por “zonas cinzentas” (Laborie, 2010) – caso específico do senhor Antônio Lisboa ao mobilizar “revolução” e ditadura no mesmo momento –, é curioso notar a articulação dessas memórias e suas características por vezes evasivas, sugestivas e indiretas ao tocarem na ocorrência de possíveis ameaças e perseguições sofridas pelos grupos de jovens que aparentemente atuavam próximos. Tais vestígios, compostos da maneira mencionada por provavelmente dizerem respeito a eventos traumáticos e, por conta disso, tornarem-se memórias “indizíveis” (Pollak, 1989), nos auxiliam, ainda assim, a pensar na ocorrência de episódios de ameaça e repressão, diretos ou indiretos, contra sujeitos e grupos locais logo após o Golpe de 1964.

#### **4 CONCLUSÃO**

Acreditamos que, pelas urgências e necessidades de nosso tempo, este trabalho contribui com o urgente e necessário combate ao negacionismo a respeito da temática tratada. Além disso, entendemos também que é útil no sentido de sofisticar o entendimento e compreensão do Golpe de 1964 ao proporcionar uma análise ampliada, ou seja, para além dos

chamados “grandes centros”, em especial aqueles localizados nas porções sudeste e sul do país, na medida em que tomamos como recorte espacial uma cidade do interior do Ceará.

Constatamos, neste sentido, que em Senador Pompeu houve adesões à vitória da coalizão golpista, tendo em vista a existência, nos Anais da Câmara Municipal, de discursos favoráveis à deposição do Presidente João Goulart terem sido aprovados de forma unânime, ao passo em que setores conservadores e tradicionais locais organizaram uma passeata em comemoração àquela suposta vitória contra o comunismo. Entendemos, ao tensionar tais fatos, que estes eventos caracterizam a apropriação sincera do imaginário anticomunista do período, mas também o recurso a posturas ambivalentes devido aos interesses ou necessidades próprias dos sujeitos em um momento complexo e em aberto.

Concluimos também que, quando do Golpe de 31 de março de 1964, algumas pessoas do município receberam ameaças e/ou sofreram perseguições e intimações diretas ou indiretas. Nos referimos especialmente ao então vigário e ao grupo de jovens leigos que o acompanhavam na realização, desde o início daquela década, de diversas atividades e projetos de cunho político-social, nas zonas urbana e rural, o que lhes fez serem mal vistos por alguns setores que, pelo que depreendemos, os consideravam comunistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Luiz Flavio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto: Senador Pompeu – 1960 a 1990**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, 2003.

COSTA, Jucelio Regis da. **Os Jornais em Marcha e as Marchas da Vitória nos Jornais: A imprensa e o golpe civil-militar no Ceará (1961-1964)**. 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14511/1/2015\\_dis\\_jrcosta.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14511/1/2015_dis_jrcosta.pdf) Acesso em: 06 maio 2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964. A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, Airton de. **Para além das armas: militantes da esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-1972)**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, INESP, 2020.



FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano Vol. 3 – O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b. p. 403-468.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores: 80 anos servindo ao Senhor**. Francisco Beltrão: Grafite, 1999.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 315-348.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964) Vol. 2 – As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 209-236.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários – Vol. 1 Europa: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 31-44.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

MARTINS, Antônio Wesley do Nascimento. **Da “Experiência Democrática” à Ditadura: Política, Igreja e Movimentos Sociais em Senador Pompeu-CE de 1962 a 1967**. 2022, 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**. Como fazer como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano Vol. 3 – O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao**



Golpe Civil-Militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 269-304.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XX. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos Combates pela História**: Desafios – Ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Maria Saraiva. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 29-39, fev. 1997.

PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários – Vol. 2 Brasil e América Latina**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 71-96.

REIS, Edilberto Cavalcante. **Coronéis de Batina**: a atuação do Clero na Política Municipal Cearense (1920 – 1964). 2008, 287 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=101016](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=101016) Acesso em: 8 mar. 2021.

SILVA, Karoline Queiroz e. **“Viva as Almas da Barragem!”**: A Construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu-CE (1982-1998). 2017, 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em:  
[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30957/5/2017\\_dis\\_kqsilva.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30957/5/2017_dis_kqsilva.pdf). Acesso em: 5 abr. 2020.

*Artigo recebido em: 23/07/2024*  
*Artigo aprovado em: 12/09/2024*